



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 2.485, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Requerimento nº 1.242, de 2004, do Senador Sérgio Cabral, solicitando voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues, e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Júnior.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), esta comissão examina o Requerimento nº 1.242, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Cabral, *de voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues, e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Jr*, que se justifica, segundo o autor, pelo “sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado”.

A matéria vem tramitando desde sua apresentação, em 2004, conforme se verifica no boletim de atividade legislativa. Relatório apresentado pelo Senador Romeu Tuma, em 2007, com voto pela rejeição do requerimento (constante das folhas 2 a 4 do processado), não chegou a ser discutido na comissão.

II – ANÁLISE

Conforme estabelece o RISF, no art. 222, os requerimentos de voto de aplauso ou semelhante só serão admitidos na hipótese de ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional, após exame por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A atuação da Polícia Federal, no combate às mais diversas atividades criminosas, revela o esforço, profissionalismo e dedicação de inúmeros profissionais.

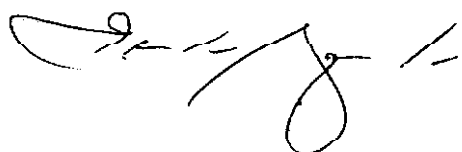
Entretanto, o voto de aplauso à Polícia Federal, nos termos propostos neste requerimento, se afigura inadequado, pela perda de oportunidade resultante do longo tempo decorrido desde sua apresentação.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pelo arquivamento do Requerimento nº 1.242, de 2004.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2009.

Senador Demóstenes Torres , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: RCS Nº 1247 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 23/04/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Sen. Demóstenes Torres</u>	
RELATOR: <u>Ad Hoc: Sen. Antonio Carlos Valadares</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLEY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador ROMEU TUMA

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Requerimento nº 1.242, de 2004. O autor da matéria, Senador Sérgio Cabral, propõe concessão de “voto de aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues, e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Jr.”. Para tanto, indica o “sucesso das operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado”.

O requerimento em análise foi lido na sessão do dia 14 de setembro de 2004, conforme consta do Diário do Senado Federal de 15 de setembro de 2004, p. 29.369.

No âmbito desta Comissão, a matéria foi redistribuída consoante despacho de 7 de abril de 2005, nos termos do art. 84, § 2º, III, do RISF. Finda a 52ª Legislatura, a matéria foi encaminhada, em 21 de dezembro de 2006, à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332 do RISF. Instalada a Comissão, o requerimento foi distribuído uma vez mais para emissão de parecer.

II – ANÁLISE

No Brasil, o sentimento de “insegurança pública” tem assumido proporções alarmantes nos últimos tempos. O quadro é mais agudo nas grandes metrópoles. União, estados e municípios não conseguirão enfrentar o problema sem ação coordenada entre os diversos órgãos responsáveis pelo combate à criminalidade. A segurança pública deve ser encarada cada vez mais como questão de Estado e não apenas de governo.

Nessa linha, as ações da Polícia Federal nos últimos anos demonstram que a sincronia e a solidariedade entre os órgãos de segurança pública não são apenas positivas, mas absolutamente necessárias. Sob o comando do Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, o Departamento da Polícia Federal não poupou esforços na luta contra: a exploração sexual de menores (Operação Tamar), a corrupção (Operações Vampiro, Matusalém, Zumbi, Albatroz e Ajuste Fiscal), a pirataria (Operação Shogum), os crimes praticados na internet (Operação Cavalo de Tróia e Clone), a grilagem de terras (Operação Terra Nostra). O Departamento não hesitou, por igual, em prender policiais federais e rodoviários federais envolvidos em atividades ilícitas (Operações Sucuri, Planador e Buritis). Dessa forma, a imagem da instituição vem sendo construída sobre os valores da eficiência, da presteza e da intolerância contra a prática criminosas.

No entanto, em que pese o avanço verificado, ainda estamos longe de alcançar limites toleráveis de violência urbana. A situação no Estado do Rio de Janeiro, em especial na sua capital, continua a inspirar forte preocupação. Os números permanecem alarmantes. Desse modo, apesar do

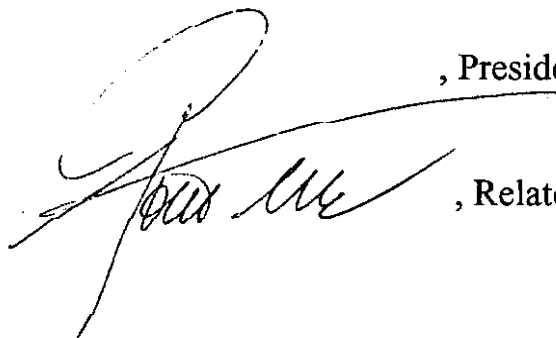
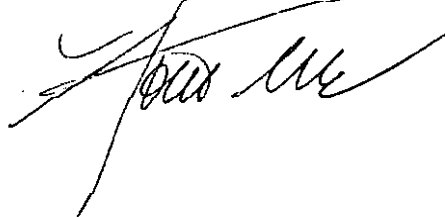
esforço, profissionalismo e denodo de inúmeros policiais integrantes de forças federais, estaduais e municipais, parece-nos que o momento presente não se revela o mais adequado para a aprovação de proposições dessa natureza.

Some-se a isso a circunstância de o RISF dispor que requerimento de voto de aplauso só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional (art. 222, *caput*). A justificção lançada na matéria, por meritória que seja, não preenche o disposto no Regimento da Casa.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela rejeição do Requerimento nº 1.242, de 2004.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

FRAGMENTO DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA.

REALIZADA NOS DIAS 22 e 23 DE ABRIL DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS E 56 MINUTOS

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Item nº 73, pág. 237: "Requerimento nº 1.242, de 2004: Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado Voto de Aplauso ao Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, Delegado José Milton Rodrigues, e ao Delegado Regional Executivo, Dr. Roberto Jaureguiber Prel Júnior, pelo sucesso nas operações da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro no combate à criminalidade, em especial ao crime organizado". A autoria é do Senador Sérgio Cabral. A relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. O Parecer é pelo arquivamento da matéria. Designo Relator *ad-hoc* o Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Voto é pelo arquivamento do Requerimento nº 1.242, de 2004, em face do decurso de prazo, ou seja, do tempo já decorrido de sua apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Publicado no DSF, de 15/12/2009.